

Formação e Prática Docente na Educação Profissional Inicial e Continuada:

características do perfil docente no

SENAC/FORTALEZA

Autores:

**Maria Lirene Menezes
Melo** - Mestre em
Planejamento em
Políticas Públicas.

**Francisca Rejane
Bezerra Andrade** –
Doutora em Educação
– Universidade de São
Paulo, USP

Resumo

O presente trabalho objetivou analisar as políticas públicas para a formação docente, nos cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) do nível inicial e continuado, propondo como matriz um percurso formativo fundamentado na teoria sobre os saberes docentes. Para tanto, realizou-se uma breve contextualização da educação no Brasil além de se abordar, com mais precisão, a Educação profissional, conhecendo a política de formação de docentes para a educação profissional e compreendendo-a, na sua íntegra, levando em conta sua historicidade. Posteriormente, elaborou-se uma discussão crítica sobre os pressupostos que determinam a política de formação docente no Brasil, suas teorias e práticas (saberes docentes, professor crítico-reflexivo, e relação teoria e prática) na formação do docente, que atua nessa modalidade de educação. Esses conhecimentos, fundamentados nos estudos e reflexões, dirigiram as discussões a respeito do quarto capítulo, quando se analisou o projeto político pedagógico da instituição pesquisada e os dados da investigação, aprofundando o olhar sobre as características do perfil profissional do docente de EPT, do nível inicial. Nesse sentido, apresentam-se algumas conclusões referendadas pela resposta dos entrevistados, participantes da pesquisa, observando-se que esses instrutores, em sua ação prática, levam em consideração seus saberes docentes construídos ao longo de sua experiência profissional e de vida. Esses atores sociais, que emergem da sociedade do trabalho no seu cotidiano da sala de aula, dão praticidade ao ‘aprender a aprender’, valorizando a ação de ensinar, conscientes de que, como bem observa Paulo Freire, ensinar não é, simplesmente, repassar conhecimentos.

Palavras-chave: Educação Profissional e Tecnológica; Formação Docente; Saberes e Competências.

Abstract

This academic work aims to analyze teaching formation applied public policies on Professional and Technological Education Courses (PTEC) on both initial and continued levels, suggesting a teaching formation method based on teaching knowledge. Thus, the Brazilian educational system has been briefly contextualized focusing, more precisely, on the professional education, knowing its teachers' formation policies and taking into account its history to fully understand it. Then, follows a critical discussion on the presuppositions that determine how teaching formation is done in Brazil, its theory and practices (teachers' knowledge, self-critical-reflective teacher, and the relationship between theory and practice) applied to the teachers' formation who act in this kind of education. This knowledge, based on studies and reflections, conducted the discussions on chapter four which deals with the analysis of the political-pedagogical project of the institution being researched and the data collected from such research, having a deeper look at the characteristics and profiles of PTEC initial level professionals. This way, some conclusions, which are ratified by the answers given by the interviewees, are presented. It is important to mention that those answers are based on the interviewee's own living and professional experiences. These social actors, who emerge from a working society in their daily classroom lives, testify the "learn how to learn" process, valuing the action of teaching and conscious that, as Paulo Freire well stated, teaching is not simply passing on knowledge.

Key words: Professional and Technological Education; Teaching Formation; knowledge and Competences.

1 INTRODUÇÃO

As transformações que vêm acontecendo na sociedade, mais precisamente no mundo do trabalho, decorrentes das grandes mudanças técnico-organizacionais, colocam o tema da ‘educação e trabalho’ no centro dos debates dos diferentes campos do conhecimento – economia, sociologia, história, antropologia, constituindo-se, portanto, em objeto de preocupação de educadores, psicólogos, engenheiros, médicos, enfim, todos aqueles profissionais que se inquietam com as questões relativas à educação para o trabalho. Os desafios estão pautados nos avanços tecnológicos e nas novas expectativas das empresas que agora enfrentam mercados globalizados, extremamente competitivos. Com isso, surgem, também, novas exigências em relação ao desempenho dos profissionais.

Nesse sentido, a educação não poderia ficar alheia a essas transformações, havendo, portanto, nos meios educacionais e no setor produtivo, grande inquietação sobre um cenário educacional que venha gerar uma política de qualificação que prepare o homem para essa nova realidade. Isso significa reconhecer que, para enfrentar os desafios que a sociedade impõe, os trabalhadores precisam cumprir algumas exigências básicas como ter uma consistente formação geral e uma sólida educação profissional. Os profissionais que vão enfrentar o mundo moderno devem estar preparados para o trabalho e para o exercício da cidadania. A ideia do homem executor de tarefas não mais condiz com a realidade que se apresenta. Assim, a educação profissional deverá formar um trabalhador pensante e flexível, no mundo das tecnologias avançadas. Por isso, na educação profissional e tecnológica, tornou-se uma constante a afirmação de que o conhecimento é, atualmente, o principal fator da produção.

Nessa perspectiva, ‘aprender a aprender’ coloca-se, assim, como competência fundamental para inserção na dinâmica social que o mundo do trabalho apresenta ao reestruturar-se continuamente (DELORS, 1998). A importância do ‘aprender a aprender’ pode ser considerada a base, para as demais aprendizagens (fazer, conhecer, conviver, ser). Portanto, num contexto de

transformações, os docentes da área de educação profissional têm papel relevante na capacitação das forças produtivas. Por conseguinte, o sistema educacional teria que observar, na sua política de formação docente, programas estratégicos que levem a questão da qualidade docente como foco primordial.

Nesse sentido, este trabalho busca compreender os processos formativos do professor, no contexto atual de ampla discussão acerca do trabalho docente, das exigências educacionais, sociais e políticas postas sobre ele, e que remetem, necessariamente, a uma qualificação inicial e continuada cada vez mais aprimorada para a construção do exercício docente.

A escolha do objeto dessa investigação permitiu questionar a prática profissional dos docentes de educação profissional de nível inicial e continuado que, ao longo dos anos, vem se estruturando, assim como, procurar caminhos para o aprimoramento de conhecimentos mais aprofundados de categorias como: Educação Profissional e Tecnológica (EPT), Formação de Docentes e Competências e Saberes Docente. O estudo dessas categorias, por certo, forneceu o embasamento necessário para o desenvolvimento da presente investigação, que objetivou conhecer, caracterizar e analisar o perfil e a prática dos docentes da área de educação profissional, no nível de formação inicial e continuada, em uma instituição de ensino profissionalizante de Fortaleza.

A trajetória dessa investigação demandou um olhar sobre a política pública de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), sua história no Brasil, bem como os caminhos percorridos e seus recentes avanços. Na etapa seguinte, levam-se em consideração as teorias sobre a formação de docentes, com foco nos educadores de educação profissional. Para tanto, buscaram-se autores que pudessem subsidiar o embasamento teórico e legal necessário para o desenvolvimento da pesquisa que, por certo, foi um processo de construção reflexivo, onde se buscou relacionar as questões de cunho teórico *versus* a prática recorrente no interior da instituição investigada.

Ao construir conhecimentos sobre a temática da formação de docentes no

Brasil e, mais especificamente, sobre os professores de educação profissional e tecnológica, levou-se, também, em consideração, as experiências acumuladas no recrutamento de instrutores, coordenando e supervisionando cursos de qualificação profissional, bem como a experiência na capacitação de instrutores de cursos profissionalizantes de formação inicial e continuada, na instituição de ensino pesquisada.

Assim sendo, a contribuição que se buscou dar a essa área, caminhou no sentido de construir um texto que considerasse os pressupostos sobre a formação docente, relacionando-os, sempre que possível, às experiências vivenciadas pelos profissionais contratados na entidade investigada. Para tanto, procurou-se conhecer o modelo pedagógico da instituição de ensino profissionalizante pesquisada (SENAC); as estratégias de capacitação de docentes da entidade, identificando, ainda, o nível de formação dos instrutores, suas práticas, seus saberes e competências, bem como suas condições de trabalho referentes à contratação, infraestrutura de trabalho e recursos pedagógicos disponibilizados pela instituição para seu quadro de professores, revelando-se, por certo, a prática pedagógica desses educadores.

A análise do perfil e da prática docente foi realizada após estudo dos componentes teóricos e metodológicos da formação de docentes, à luz da realidade pesquisada, que se originou a partir de indagações sobre o perfil do docente de EPT do nível inicial e continuado. Para melhor compreensão da investigação, foi necessária a definição de algumas categorias que trabalhamos no decorrer da pesquisa: quais sejam “educação profissional, formação de docentes, competências e saberes docentes”.

O estudo aqui apresentado foi desenvolvido a partir de uma abordagem de natureza qualitativa, possibilitando maior compreensão da política focalizada, evidenciando suas dificuldades operacionais, seus êxitos e seus principais desafios. Ressalta-se que, por se tratar de um estudo de caso, com abordagem qualitativa, os entrevistados foram selecionados em função da possibilidade de obtenção de

informações consistentes que foram relevantes para o objeto de estudo.

A escolha do ambiente de estudo, o Serviço Nacional de Aprendizagem - SENAC deveu-se ao fato, dessa instituição ter vasta experiência na área de educação profissional e tecnológica de nível inicial e continuada, portanto, a opção pela referida entidade – SENAC/Fortaleza não foi uma escolha aleatória, mas foi fortalecida pelo trabalho reconhecido que essa instituição de ensino vem prestando à sociedade fortalezense, na área de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), e por ter, ainda, acolhido a proposta de pesquisa que se efetivou entre março e junho de 2009.

O público alvo da pesquisa em apreciação foi constituído pelos instrutores e contratados pelo SENAC, no ano de 2008, nas áreas de: imagem pessoal beleza (instrutores dos cursos de cabeleireiro, manicure pedicure, depilação, *design* de sobrancelhas, banho de beleza e outros); informática (cursos de: básico de informática, rede de computadores, *web design* e outros) e hospitalidade (cursos de: cozinheiro, garçom, barmen, camareira, governança e outros). Os instrutores se enquadraram nos seguintes critérios: formação escolar mínima de nível médio, experiência docente, em educação profissional do nível inicial e continuado, mínima de 02 anos, ter ministrado aulas em cursos profissionalizantes durante o ano de 2008, ter participado de cursos de capacitação pedagógica no ano de 2008 e ter idade mínima de 25 anos e máxima de 55 anos, facilitando, assim, a obtenção de informações consistentes que permitiram ao final desse estudo caracterizar e analisar o perfil desses profissionais.

A pesquisa empírica contemplou um roteiro de entrevista semiestruturada que, em sua elaboração, considerou vários assuntos categorizados em três temas sendo: Caracterização do perfil dos instrutores e suas condições de trabalho; formação pedagógica do docente de EPT; a prática pedagógica do docente da Educação Profissional e Tecnológica do nível inicial e continuado.

Para a realização da análise e interpretação dos dados investigados foi utilizada a técnica da análise de conteúdo que é considerada uma técnica para o

tratamento de dados. Ao descreverem-se as opiniões e pensamentos dos atores, buscou-se ir além do narrado, com o intuito de perceber a realidade dos fatos, procurando decifrar o sentido das falas, das mensagens implícitas e das ações, para, assim, poder-se chegar à compreensão do que vai além do descrito. Nesse sentido, para facilitar o trabalho, elaboraram-se alguns instrumentos (tabelas, gráficos) para facilitar a análise das tendências, procurando determinar alvos e cenários.

2 PERFIL E PRÁTICA PEDAGÓGICA DOS DOCENTES DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DO NÍVEL INICIAL E CONTINUADO DO SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL – SENAC/FORTALEZA

Apresentam-se os resultados da pesquisa empírica, que buscou dados relevantes obtidos com a coleta de dados, a partir de fontes diretas (pessoas) que conhecem, vivenciam ou têm conhecimento sobre o tema. Essa pesquisa foi realizada através de uma entrevista semiestruturada, realizada individualmente, junto a cada instrutor de educação profissional do nível inicial e continuado do SENAC/Fortaleza.

2.1 Entendendo o Projeto Político Pedagógico do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC/Ceará

A década de 1940 foi um marco na criação de instituições de ensino profissionalizante, com a finalidade de formar mão-de-obra para os dois principais pilares da economia: a indústria e o comércio. Nesse período, surgiu o Sistema S, embasado pela promulgação da Lei Orgânica da Educação Nacional do Ensino Comercial em 1943, e, três anos depois, em 1946, surgiu então o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC.

O Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC é uma instituição privada, sem fins lucrativos, que desde a sua criação, promove educação profissional. Ao longo desses anos, o SENAC tem preparado milhões de brasileiros (a) para o setor de Comércio de Bens e Serviços, contribuindo para a valorização

do trabalhador, através de cursos de qualificação profissional em várias áreas. O foco desta análise será a experiência do SENAC – Fortaleza/Ceará, reportando-se, neste trabalho, à Educação Profissional e Tecnológica do nível inicial e continuada, de trabalhadores, investigando junto a essa instituição, especificamente, o perfil dos instrutores/docentes das áreas de: imagem pessoal beleza, informática e hospitalidade, contratados pelo SENAC no ano de 2008.

A história do ensino profissional do SENAC Ceará teve início nas primeiras décadas do século XX. O SENAC cearense nasceu na Associação dos Merceeiros em 1948 e os primeiros cursos, tinham os seguintes objetivos:

[...] adaptação, para menores que eram candidatos a emprego no comércio; b) aprendizagem, para menores de 14 a 18 anos, praticantes do comércio, divididos em três modalidades: curso elementar, curso para praticantes e curso de preparação funcional; c) continuação dos práticos de comércio cujo público-alvo eram os comerciários adultos, divididos em três modalidades: curso fundamental, curso de habilitação e curso intensivo; d) especialização, para ampliação de conhecimentos adquiridos noutros cursos (SISTEMA ECOMÉRCIO CEARÁ, 2008, p.78).

Observa-se que, a história do SENAC/Fortaleza sempre esteve ligada, prioritariamente, às atividades do comércio e contou com a colaboração da intelectualidade cearense, tendo como seu primeiro diretor pedagógico o historiador e professor da Universidade Federal do Ceará José Bonifácio de Sousa.

Com a promulgação da LDB/1996, o SENAC/CE passou a orientar suas ações de acordo com a Lei de diretrizes do Conselho Nacional e Estadual de

Educação. Dentre essas diretrizes, observa-se a elaboração da proposta pedagógica de educação profissional da unidade de Fortaleza que passa-se a descrever procurando entendê-la no contexto atual das grandes transformações que o mundo do trabalho vem enfrentando nas últimas décadas.

Ao analisar o Projeto Político Pedagógico do SENAC/Fortaleza, percebe-se a opção pedagógica dessa instituição pelo modelo de competências, seguindo uma tendência do mercado, que passou a exigir dos trabalhadores uma capacitação voltada para o desempenho de atividades laborais centrada no desenvolvimento de competências.

Entende-se que a referida instituição desenvolveu seu Projeto Político-Pedagógico - PPP, levando em consideração a legislação atual sobre EPT e, ainda, a partir de uma ação reflexiva de seus profissionais, tendo como eixos estruturantes a identidade institucional, a educação profissional e organização escolar de ensino. Portanto, o PPP do SENAC trabalha de forma integrada com o intuito de:

[...] garantir a formação de sujeitos “competentes” para as necessidades do mercado e do mundo atual e, mais além, a formação de cidadãos capazes de transformar as relações de trabalho e as relações entre o próprio homem, transformando assim, a sociedade em que vive (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO 2005, p.05).

Compreende-se que esse projeto está relacionado ao paradigma de uma Educação Profissional voltada para o desenvolvimento de competências que levem o trabalhador a ‘aprender a aprender’, cujas consequências seriam o desenvolvimento e ampliação de habilidades básicas, específicas e de gestão dos indivíduos.

Observa-se que a instituição profissionalizante segue a lógica do mercado ao adotar em seu projeto pedagógico o paradigma de competências para a formação do trabalhador fortalezense. No obstante, ao elaborar-se uma discussão no capítulo anterior sobre saberes, competências e ação reflexiva na formação docente,

entendemos, que o SENAC lança mão desses conceitos para imprimir ao seu Projeto Político Pedagógico – PPP os conceitos que atualmente a educação vem discutindo na formação de professores. Essa instituição procurou adequar-se às novas tendências de mercado e à base conceitual proposta pelo MEC, para educação profissional, (exposta no capítulo III desse trabalho). Apesar das adaptações necessárias ao novo modelo imposto pelo mercado, em sua essência estas não diferem muito dos princípios filosóficos que norteiam a proposta pedagógica do SENAC, implantada desde 1994. Lembra-se, aqui, que o SENAC foi criado para atender á demanda do mercado por qualificação na área do comércio e serviços, portanto, não se detecta nenhuma contradição na instituição ao se levar em consideração as demandas de mercado.

Em virtude das decorrentes mudanças da base produtiva a equipe do SENAC/CE, entende-se que o trabalhador deve ser formado, não somente, como ‘mão-de-obra’ qualificada para o setor de comércio, de bens e serviços, mas também, devem-se formar, ‘cidadãos produtivos’, percebendo-se, portanto, a consonância com os objetivos explícitos na LDB e no PNQ/PLANTQ. Desse modo, a equipe de profissionais da instituição, defende, no fazer pedagógico, duas dimensões essenciais e básicas quais sejam:

{...} a qualidade formal e a política, pois assim, teremos condições de, além de “preparar para o domínio dos fundamentos tecnológicos e das habilidades técnicas necessárias ao fazer das profissões, cuidar do desenvolvimento de competências genéricas, que assegurem a compreensão desse fazer, a autonomia, a crítica, a criatividade, elementos fundamentais ao exercício da cidadania, da participação política e, portanto, da intervenção nos destinos da sociedade futura (SENAC, 2001, p. 8).

Para melhor entender a pesquisa que se realizou, é necessário conhecer um

pouco os objetivos e finalidades da instituição investigada. Portanto, abordam-se, aqui, alguns desses objetivos:

- *Desenvolver ações de educação profissional por meios de cursos e programas de formação inicial e continuada de trabalhadores, educação profissional de nível médio e educação superior, conforme Decreto Presidencial nº 5.154, de 23 de julho de 2004;*
- *Desenvolver ações educacionais que visem à construção de competências necessárias à inserção e permanência das pessoas na vida produtiva, a partir de perfis profissionais de conclusão, tendo como premissas, a organização, por áreas profissionais, em função da estrutura sócio-ocupacional e tecnológica e a articulação de esforços das áreas da educação, do trabalho e emprego, e da ciência e tecnologia;*
- *Assegurar à sua clientela os perfis profissionais de conclusão, bem como a aquisição de competências gerais e específicas, conforme as modalidades de ensino: formação inicial e continuada de trabalhadores; educação profissional de nível médio e educação superior;*
- *Atender as necessidades da clientela constituída por indivíduos, empresas e comunidade através de ações extensivas à educação profissional (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2005, p.9).*

A educação profissional e tecnológica de nível inicial e continuada é o foco dessa investigação, portanto, não se pode deixar de abordar aqui como o SENAC vem trabalhando esse tipo de educação em seu PPP, no sentido da qualificação profissional: Aprendizagem; Capacitação, Aperfeiçoamento; Programas Sócio-profissionais e Culturais; Programas Compensatórios de Educação Básica (PPP, 2005, p. 9).

O SENAC, com a finalidade de aprimorar a qualidade da sua programação, disponibiliza, também, aos seus instrutores um imenso acervo de livros, fitas, softwares e periódicos, além de equipamentos como vídeo, retroprojeto, projetor de slides e projetor de multimídia. Facilitando assim a atualização, capacitação da sua equipe técnica e fortalecendo a aprendizagem dos seus educandos. Por outro lado, ao optar pelo modelo de competências o SENAC/CE não poderia eximir-se da responsabilidade de prover, junto ao seu corpo técnico e ao conjunto de seus alunos, os meios necessários para o desenvolvimento cotidiano das competências necessárias para o enfrentamento das mudanças constantes requeridas pelo mercado de trabalho.

Ao utilizar o modelo de competências, no desenvolver de sua proposta pedagógica, o SENAC objetiva, na organização dos conteúdos de ensino, propiciar aos educandos uma perspectiva globalizante do conhecimento. Portanto, o fato de as competências articularem diversos saberes possibilita uma aprendizagem construída levando-se em consideração os contextos a serem utilizados. Desse modo, é impossível separar os aspectos cognitivos, emocionais e sociais presentes no processo ensino aprendizagem. “A formação dos alunos deve, então, ser encarada como um processo global e complexo, no qual conhecer e intervir na realidade não se dissociem” (PPP, 2005, p. 19).

O projeto pedagógico do SENAC propicia ao educando uma visão integral de conteúdos, que pode ser viabilizada, por meio da implementação de uma proposta curricular interdisciplinar e pela manutenção das disciplinas:

Os enfoques trabalhados pelo SENAC trazem à tona às abordagens de Delors (1998) sobre o ‘aprender a aprender’, dando ao aluno a oportunidade de desenvolver aspectos cognitivos como ‘saber’, ‘saber fazer’ e ‘saber ser’.

Observa-se que essa instituição vem trabalhando, nos seus cursos profissionalizantes, formatos diversificados, tentando atender às necessidades da vida moderna, que demandam variadas configurações de ensino-aprendizagem.

Desse modo, constatou-se que o PPP do SENAC apresenta três formas distintas: forma presencial; forma à distância e forma semipresencial. Não se pode deixar de mencionar a sistematização do ensino na referida instituição, que recorre à análise dos cenários, tanto externo quanto interno, para seu planejamento estratégico, vez que a missão dessa instituição está bem definida: desenvolver pessoas e organizações para o mundo do trabalho através de ações educacionais e disseminação de conhecimentos em comércio e serviços, contribuindo para o desenvolvimento do país (PPP, 2005 p.23).

De acordo com sua missão, o plano de trabalho dessa instituição é preparado, tendo por base pesquisas de mercado, demanda por cursos da sociedade e de entidades governamentais e não governamentais. Os planos de cursos apresentam carga horária variada, de acordo com a tipologia de cada curso, observando os objetivos e a demanda do mercado e da sociedade.

Em referência à avaliação da aprendizagem dos educandos, o SENAC baseia-se nas competências profissionais definidas em cada plano de curso, portanto, a avaliação do educando é realizada de forma continuada e cumulativa predominando os aspectos qualitativos sobre os quantitativos e em consonância com as competências exigidas em cada perfil profissional. Também são observados os índices de frequência dos alunos que não podem transpor o limite mínimo de 75% do total de horas exigidos por tipologia, bem como outros instrumentais de avaliação sobre os conteúdos curriculares, que levem o educando a desenvolver sua autonomia e criticidade, devendo apresentar: domínio das competências (teórico e prático), atitudes comportamentais (pontualidade, assiduidade, aparência, disciplina, espírito de equipe, bom relacionamento e iniciativa), habilidades (aprendizagem, abstração, análise e síntese, construção do conhecimento, criatividade, flexibilidade outras). Ao tomar-se conhecimento sobre a política educacional do SENAC/ Fortaleza, este, por certo, possibilitou que se traçasse e analisasse o perfil dos instrutores/professores contratados por essa instituição, no ano de 2008.

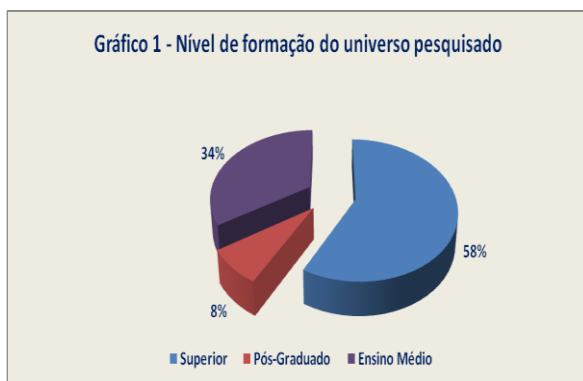
2.2 Breve Caracterização: Perfil dos instrutores no nível inicial e continuado do SENAC/Fortaleza

Trata-se, aqui, da caracterização e análise do perfil dos instrutores dos cursos de educação inicial e continuado do SENAC, a partir da pesquisa que foi desenvolvida com os professores específicos das áreas de imagem pessoal beleza, informática e hospitalidade, no ano de 2008, foram escalados 43 instrutores para programação de cursos do nível inicial e continuado, nas áreas citadas. Destes, participaram da investigação 12 professores (29,9), após terem recebido convite através de seus supervisores e a manterem um diálogo com o pesquisador. Os instrutores se dispuseram prontamente a contribuir com a investigação, confirmando, portanto, o interesse em participar da mesma. Adotou-se como critério de inclusão do público alvo da pesquisa, a relação dos instrutores que efetivamente ministraram cursos em 2008 no nível inicial e continuado e que se enquadravam no recorte especificado na introdução deste trabalho.

Por medida de precaução e com a intenção de proteger a identidade dos instrutores pesquisados, o anonimato deve contemplar todo o material, não só escrito, mas também verbal, para que, posteriormente, não possa causar-lhe qualquer tipo de constrangimento. Por conseguinte, a partir de então para efeito de citação no corpo desse texto, será adotada a terminologia de instrutor A, B, C e, assim, sucessivamente.

Ao identificar-se o perfil dos instrutores durante a entrevista semiestruturada, que contou com algumas indagações fechadas, passou-se a retratar as questões do Tema I - Caracterização do perfil dos instrutores de EPT.

Desse modo, verifica-se através do gráfico 1 e da tabela I, o perfil acadêmico ou o nível de formação do universo pesquisado.



Fonte: Pesquisa direta 2009

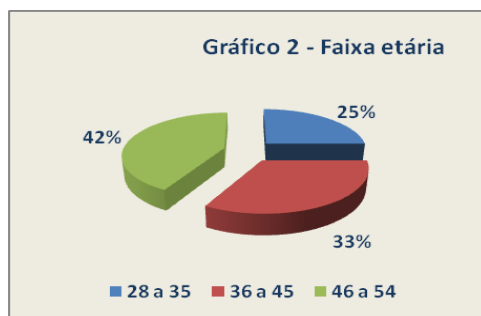
Tabela 1 - Formação do Universo Pesquisado	
Formação	Quantidade
Pedagogia	02
Gastronomia	02
Geografia	01
Turismo e Hotelaria	01

Fonte: Pesquisa direta 2009

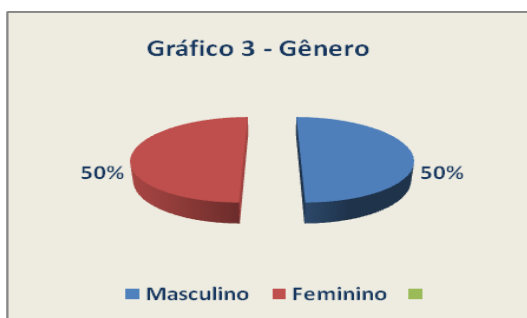
Ao observar o gráfico 1 e a tabela 1, percebe-se que o público docente pesquisado está assim caracterizado: 04 Instrutores de nível médio, 06 de nível superior e apenas 01 pós-graduado, ainda se observando, em relação à formação de nível superior, que apenas dois têm cursos na área de pedagogia e os demais têm bacharelado ou licenciatura em áreas diversas, avaliando-se que, na educação profissional do nível inicial e continuado, do SENAC/Fortaleza, grande parte dos docentes é recrutada de uma determinada e específica área de trabalho, verificando-se, dessa forma, uma tônica constante estabelecida nesse nível da educação.

Entende-se, portanto, a preocupação do SENAC em proporcionar, ao seu quadro de docentes, um Programa de Desenvolvimento de Educadores (PRODE), que possa aproximar a técnica do instrutor e a pedagogia necessária ao desenvolvimento de uma prática pedagógica centrada no desenvolvimento do modelo de competências adotado pela instituição, tanto para o instrutor quanto para o educando. Chama-se, portanto, a atenção para as falas dos instrutores: A, C, G e M, ao afirmarem que são 'cria' do SENAC, compreendendo-se, portanto, que esses professores foram qualificados e capacitados por essa entidade e que suas primeiras práticas como docentes foram realizadas no SENAC.

Observa-se que, em relação à faixa etária, os instrutores se encontram na faixa etária entre 28 e 54 anos (Gráfico 2) e quanto ao gênero, verifica-se uma relação equilibrada conforme expressa o gráficos 3.



Fonte: Pesquisa direta 2009



Fonte: Pesquisa direta 2009

Os princípios feminino e masculino estão presentes em todos os seres vivos. O equilíbrio entre ambos – que se reflete no pensamento e nos valores – é que permite relações saudáveis. Portanto, a relação de gênero equilibrada existente entre os instrutores do SENAC, demonstra a responsabilidade social da empresa, trazendo à tona os valores femininos para conviverem em equilíbrio com os valores masculinos em um novo jeito de ser em sociedade.

Aborda-se, a seguir, a questão do tempo de experiência do educador no ensino profissional de nível inicial e continuado. Verifica-se, na leitura do gráfico 4, que a grande maioria tem mais de 10 anos de experiência em EPT do nível inicial e continuado, o que muito facilitou o entendimento, por parte destes, do tema II e III da entrevista. Portanto, os gráficos 4 e 5 expressam uma representação

da relação experiência em EPT *versus* tempo de trabalho no contexto da educação profissional e a quantidade de instrutores por área.



Fonte: Pesquisa direta 2009



Fonte: Pesquisa direta 2009

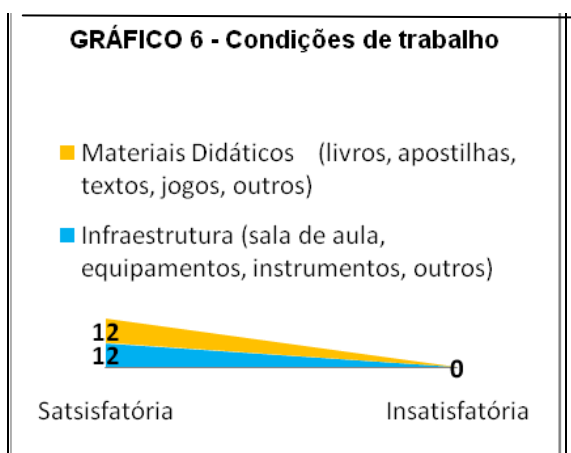
Ao analisar-se os gráficos 4 e 5, com referência à experiência docente, buscou-se o enfoque que Canário (2000, p. 13) proclama sobre o tema:

[...] Valorizar a experiência significa, sobretudo, aprender a aprender com a experiência, o que, frequentemente só é possível a partir da crítica e da ruptura com essa experiência.

Nesse sentido, avalia-se que a experiência, por si só, sem o ato crítico reflexivo antecedente, não constrói o caminho pedagógico desejado e necessário à

postura ética e responsável do docente.

Durante a entrevista, colocaram-se, também, algumas indagações acerca das condições de trabalho dos educadores. Os instrutores responderam, da forma que se revela no gráfico 6.



Fonte: Pesquisa direta 2009

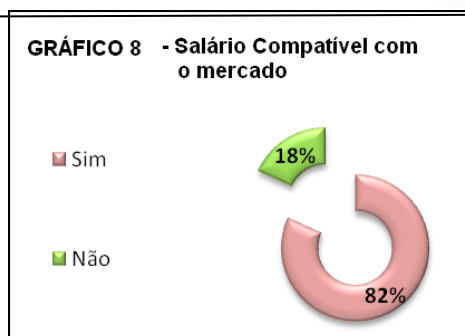


Fonte: Pesquisa direta 2009

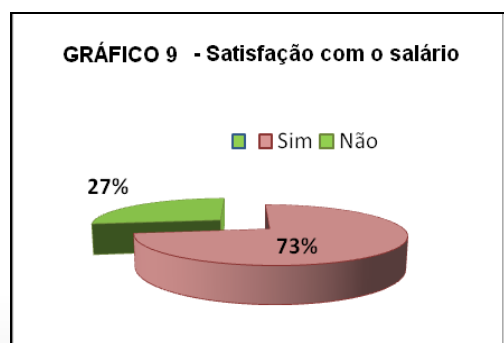
Ao analisar-se o gráfico 7, na perspectiva da regulamentação legal do trabalho, percebe-se que 84% dos instrutores contratados pelo SENAC são regidos

pela CLT, dessa feita trazem-se as observações de Castel (1998, p.170), sobre o trabalho regulado, que compreende o conjunto das regulamentações dos ofícios, ao mesmo tempo os ofícios jurados e os ofícios regidos pelas regulamentações municipais.

Perguntou-se também, sobre as questões salariais que estão destacadas nos gráficos 8 e 9, sugestivos de que a grande maioria se encontra satisfeita com o salário que recebe, pois afirmam, também, estarem condizentes com o mercado de trabalho. Esperava-se, entretanto que, ao dar-se início a essa investigação, essa seria uma questão controversa em que a maioria dos instrutores estabeleceria uma relação de insatisfação com a remuneração; qual não foi a surpresa que se teve, ao verificar-se o contrário do que se esperava. Inclusive, em referência às questões de cunho salarial, todos foram unânimes ao afirmar que, mesmo se a remuneração não estivesse compatível, assim mesmo, eles continuariam a exercer essa profissão, pois todos afirmaram ‘amar o que fazem’.



Fonte: Pesquisa direta, 2009



Fonte: Pesquisa direta, 2009

A educação profissional assume um novo valor, dada a necessidade de se adaptar às condições do mercado por meio de estratégias que atendam aos interesses de manutenção das condições de acumulação capitalista. No SENAC, não poderia ser diferente, pois essa escola profissionalizante trabalha para atender aos interesses e demandas do mercado. Para tanto, transforma-se numa instituição de qualidade, na qual a administração educacional deve assumir novos paradigmas de produtividade e de qualidade.

2.3 A Formação pedagógica e a prática docente do instrutor de nível inicial e continuado do SENAC/Fortaleza

Passa-se, agora, a discorrer sobre as questões de cunho mais qualitativo trazendo as observações, relacionando-as sempre à base teórica aqui posta pelos vários autores que compõe a pesquisa bibliográfica deste relatório.

Inicia-se a discussão acerca do tema II da entrevista semiestruturada ou seja a Formação Pedagógica do Docente de EPT, com a análise sobre a compreensão que os instrutores entrevistados têm sobre educação profissional e tecnológica..

Nesse sentido, adota-se, como categoria para resposta a essa questão, a definição de educação profissional contida na introdução desse estudo que, sucintamente, é apresentada como política pública de EPT, que promove a qualificação profissional para a inserção no mercado de trabalho e que se encontra, referendada nas falas dos instrutores. Assim, ao efetuar-se a leitura das respostas, observa-se que há uma visão, quase unânime, nas respostas em relação à categoria EPT.

Apresenta-se, aqui, a resposta do instrutor B que afirma ser EPT “uma educação para formar pessoas competitivas para o mercado de trabalho e que envolve conceitos de ética e responsabilidade”.

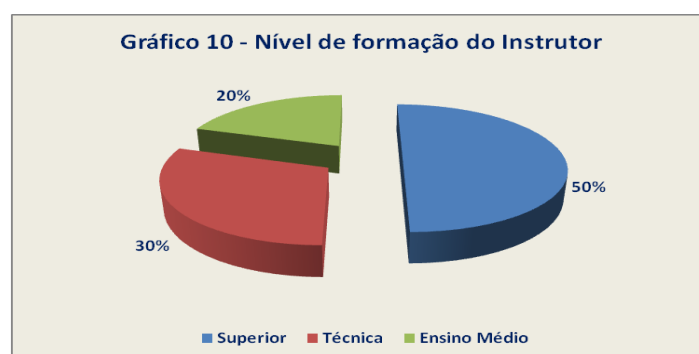
Outro depoimento similar é o do instrutor D, ele entende que a EPT

“prepara o aluno para a vida profissional, dá exemplo e vivencia profissional”.

Reforçando os entendimentos aqui expostos, a instrutora J afirma que EPT “é aquela que permite ao aluno chegar ao mercado de trabalho e adquirir novas competências.”

As respostas vão corroborar com o artigo 39 da LDB, pois este define que a educação profissional, integrada às outras formas de educação, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva, e o artigo 205 da Constituição Federal também diz que, a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, deverá levar ao desenvolvimento das pessoas e ao seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Em consonância com esses conceitos, o Plano Nacional de Qualificação Profissional, conceitua EPT como uma construção social, que inclui dimensão pedagógica, que não se restringe, apenas, a uma ação educativa e, muito menos, a um processo educativo de caráter unicamente técnico, mas refere-se a uma visão educativa que a torna um direito de cidadania, contribuindo para democratizar as relações de trabalho e para imprimir um caráter social e participativo ao modelo de desenvolvimento desejado.

Para efeito das análises, traz-se aqui a questão que aborda a percepção dos instrutores, sobre a formação necessária ao professor de educação profissional de nível Inicial e continuado, apresentada no gráfico 10.



Fonte: Pesquisa direta 2009

Durante as entrevistas, todos os instrutores foram unânimes ao afirmar que, além da formação superior, técnica ou de nível médio, o instrutor necessita ter outros conhecimentos como: formação ou conhecimento pedagógico imprescindível a formação do professor, além de ter uma qualificação técnica com experiência profissional na área.

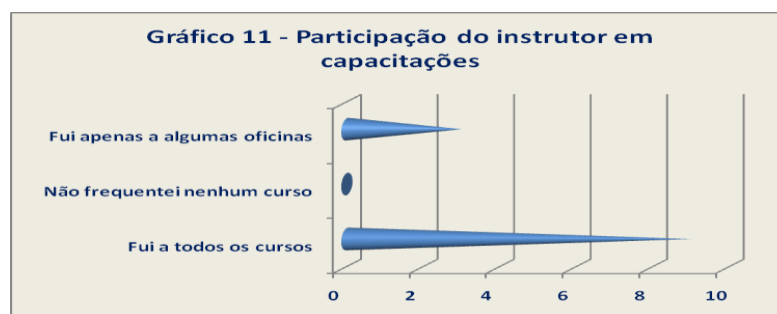
Para melhor entender essa questão, apresentam-se as opiniões dos instrutores sobre o assunto. A Instrutora A afirma a importância do nível superior em pedagogia, porque o foco é a aprendizagem, conhecer a técnica da atividade que ele atua, e estar atualizado com as novas tecnologias do mercado. O instrutor C expressa que “o ideal seria uma faculdade de nível superior na área que atua, o professor além do conhecimento técnico tem que ter conhecimento na área de pedagogia.” A instrutora E, assim se posiciona: “pode ser de nível médio, mas com conhecimento pedagógico, e se for de nível superior melhor ainda, pois quanto mais preparado estiver o instrutor, melhor para os alunos.” Por último, tem-se a opinião do instrutor H, que destaca “o curso técnico, o conhecimento pedagógico e a experiência profissional na área.”

Percebe-se que a formação do educador está posta em pilares cujos saberes docentes são produzidos no cotidiano da sala de aula, no dia-a-dia da trajetória profissional e, resultado, também, das reflexões sobre a prática, bem como dos estudos realizados a partir das produções teóricas e científicas na área (PIMENTA, 2006).

Entende-se que a formação docente deve acontecer de forma permanente e continuada, tanto por parte do professor quanto da instituição de ensino que ele integra, que deverá prover os meios necessários para que o professor possa capacitar-se continuamente. Esse processo poderá garantir a qualidade do trabalho pedagógico e bons resultados em sala de aula.

Continuando o percurso analisar-se-á a questão sobre a participação do instrutor na capacitação docente promovida pelo SENAC, durante o ano de 2008.

Ao proceder-se às análises, optou-se, para efeito de análise categorial, utilizar as opções que se apresentam no roteiro de entrevista, como respostas dos instrutores, uma vez que se percebeu certo equilíbrio entre elas. As categorias são fui a todos os cursos, não frequentei nenhum curso e participei, apenas, de algumas oficinas. O resultado apresenta-se no gráfico 11:



Fonte: Pesquisa direta 2009

Tal resultado serviu também, de base para se perceber a mensagem que os instrutores desejavam passar, sobre a necessidade de capacitar-se continuamente e o PRODE é uma ferramenta importante que a instituição dispõe para capacitar sua equipe.

Na questão de Nº. 12, perguntou-se aos instrutores qual a contribuição desses cursos para melhorar a sua prática pedagógica; nesse sentido, optou-se pela análise categorial da prática pedagógica, referenciada pela fala dos instrutores.

O Instrutor F afirmou que “os cursos contribuíram muito, pois compreendi melhor o PPP, tirei duvidas e adquiri novos conhecimentos técnicos, metodologia de ensino para aplicar na minha prática pedagógica.”

A instrutora G comentou: “a gente nunca sabe nada, estou sempre aprendendo e os cursos serviram para aprimorar meu conhecimento sobre o PPP, os cursos dão um direcionamento metodológico, gera uma ação consequente na prática pedagógica.”

A Instrutora J declarou que os cursos, “contribuíram muito, pois a coisa pior que tem é você transformar sua prática num dogma, precisamos revisar nossas práticas. Nas oficinas somos levados a pensar e pensando refletimos, aí podemos modificar nossa prática pedagógica.”

Os depoimentos aqui apresentados convergem para uma sintonia com a mensagem dos demais instrutores e ao interpretá-las avalia-se que o SENAC, ao promover a formação de seus educadores, tem em vista o aperfeiçoamento da sua equipe visando à aprendizagem de seus educandos e, por consequência, melhorar a qualidade dos serviços ofertados a sociedade.

O SENAC, objetivamente, ao imprimir um modelo de competências na instituição procura prover uma formação a sua equipe que leve até o docente um conjunto de conhecimentos e competências, investindo ainda, na capacidade do instrutor de agir, intervir, decidir em situações nem sempre previstas ou previsíveis.

Concluindo as avaliações sobre a questão da formação pedagógica de instrutores, compreende-se que essa formação requer a consideração que esses profissionais são sujeitos que pensam, sentem e agem e, por isso, a ação formadora deve se pautar na reflexão crítica sobre a prática, ponderando-se que o homem, em suas atitudes pessoais ou profissionais (pensar, sentir, agir), faz reflexões permanentes, de forma consciente ou não. Daí decorre a importância do ensino crítico-reflexivo, em qualquer nível de ensino, principalmente, na formação do profissional da educação profissional do nível inicial e continuado, vez que esse educador tem a responsabilidade de formar cidadãos para a vida produtiva, independente do seu nível de escolaridade.

Prosseguindo com as interpretações sobre as mensagens dos entrevistados traz-se a questão que buscou conhecer as opiniões dos entrevistados sobre os saberes docentes e sobre o que acham importante para o exercício da função de professor/instrutor de EPT no nível inicial e continuado.

O instrutor C, ao falar sobre os saberes docentes afirma: “acho que o saber docente mais importante, é o saber do conhecimento técnico, da prática, experiência de vida e das relações humanas.”

Outro depoimento similar é o da Instrutora J, que expressa: “saber do conhecimento da formação teórico-prático, da experiência da sala de aula e da vida, da didática, na verdade um oceano de conhecimentos quanto mais aprofundado melhor.)

A instrutora F diz que “é muito importante o saber da experiência, da prática do fazer, da formação técnica profissional e o saber da didática.”

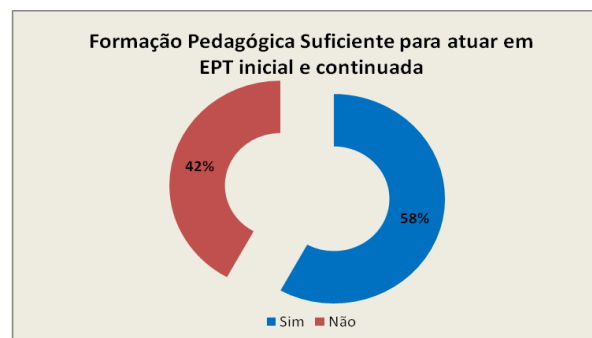
Diante desses depoimentos e tentando decifrá-los, observa-se que, no todo, os instrutores são unânimes ao afirmar, como ferramenta principal, os saberes docentes adquiridos ao longo da vida, seus valores, seus princípios, os saberes ligados a técnica, a prática, a didática e o saber da experiência profissional. Portanto, trazem-se, aqui, as observações de Tardif (2007, p.31) quando afirma: “parece banal, mas um professor é, antes de tudo, alguém que sabe alguma coisa e cuja função consiste em transmitir esses saberes a outros.”

Percebeu-se, nas entrevistas, que os instrutores pouco se reportaram à questão do saber acadêmico, não se sabendo se tal atitude deve-se, ou não, ao fato dos mesmos (instrutores) se encontrarem no contexto da educação profissional do nível inicial e continuado, em que a valorização do saber técnico da prática profissional, do saber fazer, domina as discussões sobre o saber da formação acadêmica. Contudo, não afirma, aqui, que os entrevistados não deram importância ao saber acadêmico, mas apenas, deram ênfase aos saberes da experiência profissional, do conhecimento da técnica e da prática.

Finalizando essa questão, concorda-se com Freire (1983) quando este observa que o educador, como ser inacabado, está construindo, cotidianamente, o seu saber ou melhorando o que já sabe. Desse modo, constrói sua autonomia, não é para sobrepor-se ao educando, mas para arquitetar relações de respeito e liberdade,

não deixando de lado questões importantes como a indissociabilidade entre teoria e prática do ensinar e do aprender.

Parte-se, agora, para a análise da última questão do tema II desta entrevista. O questionamento que se fez, inicialmente, aos instrutores foi se esses consideravam ter formação e ou conhecimento pedagógico suficiente para atuar na Educação Profissional e Tecnológica do nível inicial. Ao analisar o gráfico 12, não causou surpresa o expressivo número de respostas ‘não’, pois os professores da educação profissional são, em geral, selecionados por seu desempenho técnico, pela especificidade e pela experiência no mercado de trabalho, portanto, esses instrutores, ao ingressarem na carreira de educador de EPT, não apresentam formação pedagógica, nem mesmo experiência docente, desencadeando, nas instituições de ensino, a necessidade da adoção de programas de formação continuada, garantindo, dessa forma, a capacitação específica de suas equipes para o magistério.



Fonte: Pesquisa direta 2009

A instituição formadora, no caso o SENAC/Fortaleza, por intermédio do PRODE procura aproximar a teoria da prática, a prática materializando a teoria construindo a competência pessoal e profissional do seu corpo docente para atuar no campo do ensino profissional, privilegiando o educando, como centro das atividades de ensino profissionalizante. É a pedagogia baseada no ‘aprender a aprender’. Assim, percebe-se que a pedagogia renovada, concebe que o centro das

atividades escolares não é o professor ou os conteúdos, mas o educando. O professor é visto, como facilitador no processo de busca de conhecimento que, inclusive, deve partir do aluno, cabendo ao professor, no caso, organizar e coordenar as situações de aprendizagem, adaptando suas ações às características e necessidades individuais dos alunos, para desenvolver suas capacidades e habilidades intelectuais.

Avalia-se, aqui, que o SENAC/PPP/PRODE entende, que o instrutor deve ser criativo, estimulando o aluno à aprendizagem, cumprindo seu papel de mediador e orientador na sala de aula.

Encerram-se aqui as análises do tema II da pesquisa, afirmando a necessidade do SENAC, de intensificar por meio do seu programa de desenvolvimento de educadores, a capacitação pedagógica contínua de seus instrutores, pois, 42% de seus instrutores apontam não terem uma formação pedagógica adequada que lhes dê segurança para atuar no campo da EPT, do nível inicial e continuado, embora se reconheçam os esforços dessa instituição, em formar seus instrutores dentro de um modelo de competências, que venham fortalecer seus conhecimentos gerais.

Ao dar continuidade às interpretações dessa investigação, aborda-se, agora, a existência e conhecimento do Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição, pelos instrutores. Detectou-se, então, que 100% dos entrevistados afirmaram ter conhecimento da existência deste projeto, o que revelou o compromisso do SENAC no sentido de, através do seu Programa de Desenvolvimento de Educadores (PRODE), levar a discussão temas relevantes como o PPP da instituição e a prática pedagógica de seus instrutores.

Ao perguntar-se porque os instrutores seguem os princípios pedagógicos contidos no PPP do SENAC, várias foram as mensagens dos entrevistados; desse modo, para efeito de análise categorial, tomaram-se, como base, as categorias ‘conhecimentos’ e ‘desenvolvimento de competências’. A escolha de tais

categorias está referendada pela maioria dos discursos dos instrutores entrevistados, como é caso da Professora A, afirmando que é importante seguir as recomendações da instituição, porque o SENAC, todo ano, atualiza sua equipe técnica, com relação aos conhecimentos e às competências exigidas pelo mercado e porque o profissional tem que estar integrado às outras áreas do conhecimento no SENAC.

Outra resposta que atesta as referidas categorias é a do Instrutor C, quando afirma que “o PPP trabalha com compromisso com a qualidade, de forma mais reflexiva e trabalha em equipe para ver se os alunos desenvolvem conhecimentos e competências. Mais uma resposta que referenda as categorias escolhidas é a do Instrutor H, ao afirmar que, “os alunos devem ter o mesmo conhecimento e adquirir competências básicas, a instituição tem que ter um padrão de qualidade para que os alunos tenham um perfil básico igual.”

Ao analisarem-se essas categorias trazem-se aqui as observações de Perrenoud (2000), apresentadas no capítulo anterior deste trabalho, sobre competência. Esse autor coloca que competência é a capacidade do professor de buscar vários recursos cognitivos para encarar determinadas situações decorrentes do cotidiano no contexto escolar. Entretanto, essa capacidade, que se apóia em conhecimentos, não se reduz apenas a eles.

Considera-se que os professores entrevistados possuem uma visão clara sobre os princípios pedagógicos que regem o Projeto Político Pedagógico do SENAC, que se coaduna, plenamente, com o modelo de competências desenvolvido por essa instituição e demonstra, com efeito, o viés mercadológico, prático, direcionado as suas ações.

Com efeito, está posto, na fala dos instrutores, que os princípios para eles estão no modelo de competências que o SENAC ao longo dos anos vem imprimindo a sua equipe de instrutores, pois, o módulo I do PRODE coloca a questão das competências gerais relacionadas com as transformações do mundo do trabalho, aliado ao seu o projeto pedagógico. Já no módulo II, o SENAC trabalha

as competências pedagógicas, aliando conhecimento, aprendizagem, metodologias, utilização de recursos didáticos, bem como planejamento e avaliação.

Após a leitura de Perrenoud (2001), entende-se que, ao falarem sobre conhecimentos e competências, os instrutores têm em mente os princípios e conteúdos proclamados no Projeto Politico-Pedagogico que é adotado pelo programa de desenvolvimento de docentes do SENAC.

Dando prosseguimento, analisar-se-á a questão que investiga de que forma o instrutor planeja e estrutura suas aulas nos cursos que ministra. Para essa questão escolheram-se as categorias ‘planejamento pedagógico e didático’, ‘plano de curso’ e ‘plano de aula’. As categorias selecionadas estão apoiadas nas falas dos instrutores, ressaltando-se o que assevera a instrutora A: “realizo o planejamento desenvolvendo o tema através de procedimentos metodológicos (estudo e pesquisas de conteúdo), utilizando indicadores de avaliação, definindo os recursos pedagógicos que irei utilizar.”

O instrutor D também, referenda essa categoria ao enfatizar que “o planejamento é feito através do conteúdo do plano de curso, definindo em seguida o plano de aula e escolhendo os recursos didáticos.”

A instrutora K explicita seu pensamento ao afirmar que “o planejamento é realizado através do plano de curso, elabora o plano de aula, escolhe as ferramentas didáticas e leva em consideração a flexibilização do uso das técnicas em sala de aula.”

Analisa-se, ainda, o que ressalta a instrutora G, reforçando as categorias selecionadas: “planejo por modulo e, em seguida, por aula, imaginando o que pode ocorrer em sala de aula, aí defino os procedimentos pedagógicos e didáticos, mas estes têm que ser maleáveis, pois tenho que pensar como poderá ser a reação dos alunos e adaptar se preciso for de acordo com as necessidades dos alunos.”

A fala da instrutora G compatibiliza em muito com as afirmações a seguir de Padilha (2001), pois, ao refletir sobre a ação do planejamento, busca suas experiências passadas, preocupando-se com o que pode vir a ocorrer na sala de aula, logicamente, fatos novos podem acontecer durante sua ação, portanto, a mesma considera o contexto interior e exterior das suas relações com o educando e a sociedade.

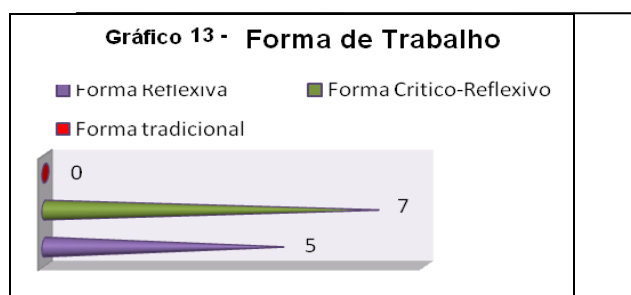
Ao refletir-se sobre as abordagens dos instrutores, referenda-se o pensamento dos educadores com as observações de Padilha (2001, p.30) sobre o ato de planejar, que é sempre um processo de reflexão, de tomada de decisão sobre a ação; processo de previsão das necessidades e racionalização de emprego de meios (materiais) e recursos (humanos) disponíveis, visando à concretização de objetivos, em prazos determinados e etapas definidas, a partir dos resultados das avaliações.

Planejar é uma atividade que está intrinsecamente ligada a educação, visto que tem características peculiares e fundamentais como: evitar a improvisação, antecipar-se ao futuro, instituir novos caminhos que possam nortear com mais propriedade a execução da ação educativa, está em seu bojo o acompanhamento e a avaliação da própria ação. Portanto, planejar e avaliar andam lado a lado. O plano de aula é um instrumento que o instrutor utiliza para elaborar o seu dia letivo, registrando as decisões estratégicas como: o que se pensa fazer, como fazer, quando fazer, com que fazer, para quem fazer. Assim, o plano tem a função de orientar a prática do professor, partindo da própria prática e, portanto, tem que ser um documento maleável, sem rigidez absoluta. Nesse sentido, Libâneo, (1999, p. 225) também afirma que o plano de aula “é a previsão do desenvolvimento do conteúdo para uma aula ou conjunto de aulas e tem caráter bastante específico”.

Vê-se, portanto, que os instrutores, ao planejarem suas aulas, estão embasados pelo plano de curso que é definido pela instituição de ensino, dentro do seu programa pedagógico, no qual está embutida a metodologia de ensino que o instrutor deve adotar. Como se viu, no quesito de nº 16, os instrutores foram

unânicos, ao afirmar que seguem os princípios pedagógicos do PPP/SENAC.

Continuando o percurso investigativo, analisa-se a prática docente, a partir da questão 18 da entrevista, buscando-se o conhecimento sobre essa prática, pois ao questionar-se sobre a prática docente dos instrutores, elegeram-se, como categorias: ‘forma reflexiva’ e ‘forma crítico-reflexivo’ e ‘forma tradicional’, que estão apresentadas no gráfico 13:



Fonte: Pesquisa direta 2009

Na justificativa, em relação à opção por uma das formas de trabalho, utilizam-se os depoimentos dos instrutores que reforçam a escolha das categorias aqui definidas, visto que nenhum instrutor escolheu a forma tradicional.

A instrutora A assim se posicionou afirmando agir de forma crítico-reflexiva porque “estou me permitindo mudar, eu não sou professor que sabe tudo, que é dona da verdade ou razão, é criticando a mim mesmo e a realidade em que vivo que posso transformar e ser transformada.”

Ao avaliar-se a fala da referida instrutora, observa-se o modo enfático como ela diz se reconstruir, ao sentir a necessidade de refletir sua prática para transformar-se e, nessa transformação, promover mudanças que permitam a aprendizagem dos outros sujeitos de seu entorno (educandos).

O Instrutor D diz “sou critico-reflexivo porque, não se deve ser repetitivo, pois desmotiva os alunos, por isso, estou atento o tempo todo à realidade, porque vivo analisando e criticando o meu trabalho para convencer os alunos da proposta de ensino.”

Entende-se, então, que ser reflexivo é uma maneira de ser professor, é uma forma de ver o mundo, é quando o docente aprende com a praxis, é o que o professor faz quando reelabora sua ação, analisa o ensino e a aprendizagem, reconstrói conhecimentos e sentimentos.

A instrutora E endossa esses pensamentos afirmando que “a reflexão já faz parte da minha vida, procuro fazer sempre uma critica ao meu trabalho para melhorar o ensino.”

Para consolidar o pensamento dos entrevistados, reflete-se sobre as considerações de Freire (1983, p.38), ao afirmar:

A prática docente crítica, implicante do pensar certo, envolve o movimento dinâmico, dialético, entre o fazer e o pensar sobre o fazer. O saber que a prática docente espontânea ou quase espontânea, ‘desarmada’ indiscutivelmente produz é um saber ingênuo, um saber de experiência feito, a que falta a rigorosidade metódica que caracteriza a curiosidade epistemológica do sujeito.

Nesse sentido, o SENAC no discurso de sua proposta de referências curriculares defende uma proposta pedagógica fundamentada numa concepção crítica das relações existentes entre educação, sociedade e trabalho, que venham a difundir, entre seus docentes, uma prática transformadora e participativa, pautada na construção do conhecimento e na aprendizagem crítica.

Para concluir, entende-se que, criticar e refletir a prática é, antes de tudo, elaborar uma análise da realidade econômica e social focada no programa educativo a desenvolver e incluir, nesse enfoque, o educador e o educando. Para complementar, esse pensamento, evoca-se, novamente, Freire (1983) ao afirmar

que na formação do professor o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática.

Navegando pelo universo da pesquisa, envereda-se pelo caminho da relação teoria e prática na docência, portanto, lança-se o olhar investigativo sobre a importância da relação teoria e prática no cotidiano da sala de aula. A análise dessa questão é fundamentada pela categorização do par teoria e prática e pela fala dos instrutores sobre o tema. Todos eles foram unânimes, ao considerar teoria e prática como fundamental no processo de aprendizagem.

Objetivando refletir sobre a dicotomia entre teoria e prática, historicamente estabelecida pela visão do racionalismo idealista, Pimenta (2005), analisa pelo viés marxista da dialética, que considera a atividade docente como práxis e, como tal, envolve o conhecimento do objeto, o estabelecimento de finalidades e a intervenção no objeto para que a realidade seja transformada, como realidade social.

Compreendendo a fala dos instrutores, sobre a relação teórico-prático, esses observam que a práxis pedagógica requer uma articulação teórica *versus* prática. A instrutora A se pronunciou sobre o assunto: “a minha prática tem sempre um olhar para teoria; na minha experiência tento manter um dialogo com os alunos para que eles tentem fazer uma articulação constante entre teoria e prática, sempre que explico um tema em seguida aplico uma técnica didática que leve á prática, para que o educando possa sentir segurança no que aprendeu.”

O instrutor B, manifestando seu pensamento sobre a relação teoria e prática assim se expressa “a minha relação com a teoria é confortável, a minha segurança teórica leva a aprendizagem prática, mas sempre digo aos meus alunos uma frase do Vinícius de Moraes ‘o Homem começa a morrer quando ele perde o desejo de aprender’. Portanto, fala-se para a turma que, todos, os dias, eles têm que procurar melhorar sua prática, olhando para o conteúdo da matéria, para poder aprender e transformar.”

O instrutor F, assim se reporta sobre a relação teoria e prática: “ tudo o que aprendi na teoria, tento por em prática, muitas vezes é difícil, mas conhecer na prática o que vou repassar para os alunos é essencial, por isso tudo que experimento no mercado, tento construir em sala de aula com os alunos, vou aproximando os conhecimentos teóricos e práticos para alcançar o objetivo do curso.”

Analisando a riqueza dos depoimentos apresentados, observa-se que o exercício da docência, se locupleta na ação transformadora, que se renova, tanto na teoria quanto na prática, e requer, necessariamente, o desenvolvimento de uma consciência crítica do professor. Nesse sentido, pode-se dizer que o exercício da ação docente requer preparo de conteúdo, pois, concordando com Freire (1983, p.47), o docente tem que saber que, “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção.”

As considerações de Barato (2004), sobre a prática profissional, relembram fatos vivenciados na experiência profissional e reforçam as afirmações de que, sempre que se planejava um curso de qualificação profissional, as discussões sobre essa temática eram exaustivas, pois se impunha aos instrutores que, ao elaborar um plano de aula, explicitassem a questão teórica da prática como eles, no ato de fazer, não levasse em consideração a teoria, como se o seu agir fosse meramente tecnicista. Assim, ao investigar-se sobre o assunto concluiu-se que a abordagem técnica, por mais privilegiada que possa vir a ser, vem sempre carregada de uma fundamentação teórica.

Para encerrar o tema aqui exposto, passa-se à discussão da pergunta de nº 20, quando solicitou-se aos instrutores que, mediante sua experiência docente, apresentassem sugestões para a capacitação pedagógica de professores de EPT, no nível inicial e continuado de trabalhadores. Portanto, ao apresentar-se o resultado da questão, elegeu-se a categoria ‘capacitação pedagógica’.

Nesse sentido, a instrutora E assim sugeriu: “momentos pedagógicos mais

práticos e não apenas uma vez por ano, precisamos de mais conhecimentos pedagógicos, vez que não somos formados nessa área, somos apenas técnicos da área que ensinamos.”

O instrutor F se posicionou da seguinte forma: “um programa de desenvolvimento pedagógico para entendermos o mundo da pedagogia, cursos que nos aproxime da pedagogia, não só teoria e filosofia sobre a pedagogia algo mais prático.”

Ainda, sobre as sugestões referentes à capacitação docente o instrutor I sugeriu: é o caminho que o SENAC vem seguindo a instituição deve munir o professor das ferramentas pedagógicas necessárias para o seu bom desempenho. Já a instrutora K assim se posiciona, “O PRODE deveria ser intensivo, prático, mais externo, ir além da instituição, ser mais abrangente ver outras metodologias didáticas, parceria com outras instituições de educação profissional para troca de ideias e experiências com outros profissionais de fora do SENAC”.

Essas sugestões são importantes para que a instituição tenha a opção de continuidade e/ou de redirecionar o seu Programa de Desenvolvimento de Educadores – PRODE, ao tomar conhecimento do pensamento desses profissionais. Por conseguinte apresentamos mais um depoimento o da instrutora L: Os cursos de capacitação pedagógica deveriam dar mais praticidade às aulas, transmitir mais segurança para os professores, fazer com que o instrutor possa ser mais criativo e inovador na sala de aula, e promover mais interação entre o grupo de professores da instituição.

Ao analisarem-se as mensagens dos instrutores, é oportuno identificar as demandas desses profissionais por uma formação pedagógica aliada à prática que traga benefícios para aprendizagem, deles e dos educandos. Compreende-se que, nas suas falas, os instrutores entram em contradição, pois solicitam conhecimentos pedagógicos, mas não desejam teorizar sobre tais conhecimentos; desejam algo mais prático, que facilite a aprendizagem em sala de aula, o que leva a crer que,

talvez, estejam falando sobre didática.

As respostas aqui referendadas pelos instrutores, também vão esclarecer o objetivo geral desta pesquisa, que elaborou uma discussão acerca dos paradigmas e princípios que norteiam a formação docente no Brasil, a partir da análise das políticas públicas para a Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, fundamentados na teoria crítico-reflexiva, nos saberes docentes e na práxis pedagógica. Estas análises se fundamentaram nos capítulos anteriores, bem como nas reflexões sobre as respostas às entrevistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com as informações obtidas com esta pesquisa, alcançaram-se algumas favoráveis ao entendimento do Projeto Político Pedagógico do SENAC que se considera arrojado e em sintonia com as demandas de educação profissional, requeridas pelo mercado e embasadas na legislação vigente, seguindo as diretrizes curriculares do MEC. O projeto opta por um modelo de competências que vai se construindo a partir de processos pedagógicos que levem o trabalhador a ‘aprender a aprender’, cujas consequências deverá ser uma formação cidadã que proporcione ao trabalhador a ampliação de suas habilidades básicas, específicas e de gestão.

O que mais causou surpresa nos resultados, foi a constatação da satisfação de todos os instrutores pesquisados, quanto às condições de trabalho, ofertadas pelo SENAC, tanto em relação ao ambiente, materiais, didáticos e de remuneração. Destacaram-se, também, as relações de gênero dos instrutores, dentro do SENAC, ao percebe-se a forma igualitária como todos são recrutados e interagem com suas equipes. Ainda, observou-se, que 67% dos entrevistados tinham mais que 10 anos de experiência em educação profissional do nível inicial, portanto, compreendeu-se que o SENAC valoriza o fazer dessa equipe, construído ao longo de suas experiências, colocando o ‘aprender a aprender’ em evidência.

Fato importante, encontrado nas respostas desta investigação, é que a

maioria entende o significado da educação profissional, com base na própria legislação de EPT, objetivando formar um cidadão produtivo, visando à sua inclusão no mercado de trabalho, evidenciamos, aqui, a necessidade da instituição investir mais intensamente na formação pedagógica do instrutor, percebendo que apenas o PRODE não dá conta da demanda por capacitação pedagógica.

Nesse sentido, os entrevistados reconhecem que a experiência, a prática profissional, é o fator primordial para o agir do docente que atua nesse nível de educação profissional, porém foram éticos ao reconhecerem a importância da formação superior e de um aprofundamento teórico-técnico como base de retroalimentação de suas práticas pedagógicas. Ficou implícito, também, que os saberes docentes, destacados pelos entrevistados, são incorporados no seu cotidiano, na sala de aula, nas suas experiências sociais, internas e externas.

Constatou-se que a questão dicotômica do par teoria e prática é trabalhada, por eles, sem que tenham grandes preocupações em aprofundar tal questão; ela surge mediante a prática crítico-reflexiva e vai fluindo em sala de aula. Não percebeu, portanto, nenhum depoimento que fortalecesse a impressão de que uma é mais importante que a outra, assim, ficou claro que a prática, tanto quanto a teoria, são importantes no processo de ensino aprendizagem, na ótica dos participantes da pesquisa.

Acredita-se que o percurso investigativo forneceu subsídios para conhecermos melhor o perfil do instrutor de educação profissional do nível inicial ou qualificação profissional, ficou-se com a clara impressão de que a analogia do instrutor foi construída ao longo dos anos da sua experiência de conformidade com os diferentes significados e representações por ele apreendida no contexto social contemporâneo, marcado pelas mudanças na sociedade moderna, nos mais diversos setores da sociedade como: as transformações do mundo do trabalho, do conhecimento científico e tecnológico, do político e dos meios de produção.

Os valores da vida moderna foram problematizados pelos docentes que

percebem as novas exigências para o profissional, as cobranças que esse novo mundo do trabalho lhes impõe e, nesse percurso ele vai se construindo se e reconstruindo mediante os questionamentos e as necessidades de enfrentar novos desafios.

Para os instrutores de educação profissional do nível inicial e continuado, fica o imenso desafio da superação das adversidades, entendendo-se que sua função docente deverá transpor a questão tecnicista para uma formação mais aprofundada na área pedagógica, para que, sob uma matriz crítico-reflexiva, possa elaborar um ensinar socialmente responsável no seu ‘fazer’, buscando sua emancipação e contribuindo para a capacitação cidadã de seus educandos.

Ao SENAC, como entidade de ensino profissionalizante deixa-se a sugestão de implementar uma política de formação docente, que reforce a capacitação didático-pedagógica de seu quadro de instrutores, intensificando o PRODE e promovendo, mais sequencialmente ou rotineiramente, atividades capacitantes, que fortaleçam seu modelo de competências.

Aos governantes, compete a responsabilidade de implementação de uma política pública consistente, voltada para a formação específica dos educadores de Educação Profissional do Nível Inicial ou Qualificação Profissional, que tenha como mérito a formação em nível superior, obrigatória para os profissionais interessados em ingressar nesse mercado, ofertando-lhes os conhecimentos indispensáveis para sua formação, tanto técnica como pedagógica e que tenha como consequência a melhoria da qualidade de ensino nesse nível de EPT.

As reflexões aqui apresentadas serviram para aprofundar conhecimentos e entender melhor a formação e a prática docente, tendo a consciência de que muito tem a ser feito na área das políticas públicas, com relação à formação e à prática docente, de forma particular, para a formação dos docentes que militam ou que atuarão nos cursos de qualificação profissional.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARATO, J. N. **Educação Profissional: saberes do ócio ou saberes do trabalho?** São Paulo: SENAC, 2004.

BRASIL. Constituição Federal. **Brasília: 1934.**

BRASIL. Constituição Federal. **Brasília: Senado Federal, 1988.**

BRASIL. **Lei nº. 9.394**, de 20/12/1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. **Decreto Nº 5.154** de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.

CANÁRIO, Rui. A aprendizagem ao longo da vida: análise crítica de um conceito e de uma política. *In* **Revista de Psicologia da Educação**, 10/11. São Paulo 2000.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário.** Petrópolis: Vozes, 1998.

DELORS, J. **Educação: um tesouro a descobrir.** MEC: UNESCO, 1998.

FIORENTINI, Dario et al. Saberes docentes: um desafio para acadêmicos. *In*: GERALDI, Corinta Maria Grisolia *et al* (orgs). **Cartografias do trabalho docente: professo(a)-Pesquisador(a).**Campinas, SP: Mercado de letras: Associação de leitura do Brasil- ALB, 1998.

FREIRE, P. **Educação Como Prática de Liberdade.** ed. 14 Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GOMES, H. M e MARINS, H. O. **A Ação Docente na Educação Profissional** São Paulo: SENAC, 2004.

LIBÂNEO, J. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** São Paulo: Cortez, 1999.

PADILHA, R. P. **Planejamento dialógico**: como construir o projeto político-pedagógico da escola. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2001.

PERRENOUD, P., PAQUAY, L., ALET, M., CHARLIER, É. (Orgs.) **Formando Professores Profissionais**: Quais estratégias? Quais competências. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2001.

PIMENTA, S. G., GHEDIN, E. (Orgs): **Professor Reflexivo no Brasil**: gênese e crítica de um conceito. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

TARDIF, M. **O Trabalho Docente**: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. Petrópolis: Vozes, 2005.

TARDIF, M. **Saberes Docentes e Formação Profissional**. Petrópolis, RJ Vozes, 2007.